

ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL EM CRATO (CEARÁ): O SONHO DE UM NOVO CALDEIRÃO

Judson Jorge da Silva – Universidade Regional do Cariri - URCA
judsonjorge@yahoo.com.br

Ana Roberta Duarte Piancó – Universidade Regional do Cariri - URCA
robertapianco@urca.com

O histórico processo de má distribuição fundiária no Brasil provocou o surgimento de um expressivo número de expropriados, obrigando os trabalhadores do campo a buscar formas alternativas de organizações capazes de (re)criar as condições para se perpetuarem enquanto classe, garantindo a preservação de seus interesses, cultura e dignidade, obtidos através do trabalho com a terra, segundo o modo camponês de produção.

Dessa forma, explica-se a existência de diversos movimentos como o dos quilombos, os messiânicos, o do cangaço e, mais recentemente, os movimentos de organização dos trabalhadores rurais como as Ligas Camponesas, a atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), entre outros, que lutam para (re)conquistar um espaço para que o campesinato possa se (re)estruturar, a partir da criação desses movimentos, que são o símbolo da resistência dos trabalhadores rurais que lutam para se inserir numa estrutura fundiária desigual que se arrasta no Brasil desde o século XVI.

Os resultados dessas lutas podem ser observados em quase todo o território nacional, inclusive na região do Cariri cearense. Assim, procuramos através dessa pesquisa compreender a criação deste tipo de movimento e a sua importância no processo de conquista da terra na Região Sul do Estado do Ceará, mais precisamente na região do Vale do Cariri.

No Ceará, a história da comunidade do Caldeirão se destaca pelo grande êxito conquistado por seus participantes devido ao *modus vivendi* adotado, constituído por uma experiência de coletivismo inovadora que se assemelhava a um modo de comunismo primitivo, que garantiu durante 10 anos a qualidade de vida dos seus moradores, até ser destruída de maneira impiedosa pelo Governo Estadual no ano de 1936.

Compreendemos o Caldeirão enquanto forma de luta isolada, que serviu como base na criação de um processo de espacialização da experiência de luta pela terra ocorrido na Região do Cariri. Por ter permanecido vivo na mente das pessoas, apesar da tentativa do Estado de ocultar os fatos, a experiência do Caldeirão adquiriu a condição de luta de referência, sendo utilizada por integrantes do MST, no ano de 1991, para articular os trabalhadores sem terra da região, que ocuparam a propriedade que se encontrava ociosa desde o ano da destruição da comunidade.

Através desse processo, que utilizou a história do Caldeirão para construir a experiência de novos atores sociais, houve a conquista do assentamento 10 de Abril, que é resultado da materialização de um movimento histórico social iniciado na década de 20, podendo ser considerado como um processo de territorialização da luta pela terra.

Apesar de possuírem histórias diferentes, procuramos compreender as duas comunidades pelo seu objetivo central, caracterizado pela busca da conquista de um espaço próprio para produzir, longe da opressão e exploração e na busca de um desenvolvimento social mais justo, capaz de assegurar aos

seus participantes o exercício da cidadania. Por esta razão foi que se deu a escolha do tema do trabalho.

Atentos ao significado da conquista dos espaços rurais pelos trabalhadores, temos buscado através dessa pesquisa compreender as estruturas sociais, políticas e econômicas nas quais estão inseridas estas duas comunidades de modo a se entender a construção desses movimentos.

Para o desenvolvimento desse trabalho realizamos um levantamento bibliográfico sobre a comunidade do Caldeirão, através de publicações científicas, documentários em vídeo, literatura de cordel, levantamento cartográfico, além de pesquisa de campo com aplicação de questionários com os moradores do Assentamento 10 de Abril, bem como participando de atividades da comunidade, visando ter um conhecimento da população e da área.

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto destaca-se na história cearense por suas características peculiares de organização, que fizeram nascer no interior do Nordeste uma comunidade onde a vida dos moradores tinha uma qualidade superior à de qualquer outro camponês que habitava essa região no mesmo período. Muitos autores que escreveram sobre o Caldeirão atribuem-lhe a categoria de movimento messiânico, em virtude da prática religiosa de seus membros se configurar como uma de suas características mais marcantes. No entanto, concordamos com Cordeiro (2004) e Maia (1987), quanto à classificação do Caldeirão como sendo uma comunidade camponesa, com uma estrutura social voltada para a prática do trabalho em um sistema de produção e distribuição dos resultados, que tinha na oração um fator de aglutinação do grupo. “A comunidade do Caldeirão não vivia apenas para o trabalho: a vida religiosa era da maior importância. Entretanto o trabalho dependia da religião, não havendo predominância da religião sobre o trabalho e vice-versa” (MAIA, 1987, p. 135). Contudo, não queremos com isso minimizar a importância dos movimentos messiânicos no cenário social das lutas populares brasileiras, pois de acordo com Martins (1990, p.31):

O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo. Leva, sobretudo, a confundir a religião camponesa como a causa do caráter pré-político dos movimentos e das lutas camponesas. Isso impede que se veja a condição do caráter pré-político na própria estrutura social em que se insere o camponês. O localismo e o misticismo do campesinato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscados nas condições sociais da classe.

Criada em meados de 1926, a comunidade do Caldeirão, localizada no município do Crato, região sul do Estado do Ceará, se estabeleceu em terras que foram confiadas pelo Padre Cícero ao Beato José Lourenço, importante líder religioso e comunitário que foi responsável pela criação de comunidades que prosperaram graças à forma comunitária de trabalho, provando que este modelo possui uma enorme vantagem sobre a produção individual.

Nascido provavelmente em 1870 no município de Pilões de Dentro, estado da Paraíba, José Lourenço teria saído de casa ainda muito jovem para trabalhar nas fazendas de gado, no trato dos animais. “Ao retornar para casa, após anos de ausência, soube que seus pais haviam mudado para Juazeiro do Norte, no Ceará – lugar que se tornara um pólo de atração devido à fama do Padre Cícero” (ARAÚJO, 2005, p. 39).

Juazeiro, na época, passava por um acelerado processo de crescimento populacional motivado pelo suposto milagre da transformação da hóstia em sangue durante as comunhões ministradas pelo Padre Cícero à Beata Maria de Araújo. Tal fato atraía cada vez mais romeiros de diferentes estados. Em sua maior parte, os romeiros eram formados por trabalhadores do campo, que buscavam através da religião amenizar seus sofrimentos causados pela difícil vida dos sertanejos, quer fosse pela seca, quer fosse pela expropriação e exploração nos grandes latifúndios do nordeste brasileiro. Ao chegar em Juazeiro, José Lourenço acabou conquistando o respeito do famoso sacerdote.

Entre os anos de 1894 e 1895, José Lourenço, junto com sua família e alguns romeiros, foi morar no Sítio Baixa Danta, no município do Crato, que havia sido arrendado ao Coronel João de Brito.

A partir dos depoimentos colhidos com os “remanescentes”, que foi o Pe. Cícero quem aconselhou o Beato a arrendar as terras do Baixa Danta e seguir pra lá com sua família, onde iria receber, continuamente, trabalhadores rurais, enviados pelo padre, que chegavam em grande número ao povoado de Juazeiro do Norte’ (CORDEIRO, 2004, p.38).

Em 1926, após 30 anos de trabalho nas terras, o sítio foi vendido, sendo o Beato e seus seguidores desapropriados sem qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade. Após a saída do sítio Baixa Danta, José Lourenço e seu povo foram enviados pelo Padre Cícero para um sítio de sua propriedade no sopé da Chapada do Araripe, conhecido como Caldeirão. O nome da propriedade é proveniente das formas geológicas denominadas de Caldeirão, que são escavações realizadas pela força das águas nas rochas, ocasionando a dissecação do relevo e formando espécies de reservatórios naturais que acumulavam água inclusive nos tempos de estiagem, favorecendo a agricultura no local.

Dentre todos os espaços organizados por José Lourenço, o de maior visibilidade perante os “contemporâneos” e “remanescentes” é o Caldeirão. O Caldeirão foi uma “comunidade” camponesa, que existiu durante 10 anos, onde habitaram aproximadamente 1.700 pessoas (CORDEIRO, 2004, p. 43).

O início do trabalho no Caldeirão não foi tarefa fácil. A terra teve que ser desmatada para só depois ser plantada. As casas teriam que ser construídas, não havia a mínima estrutura para as famílias expropriadas do Baixa Danta. Conforme Maia (1987, p.15):

No início, teriam que sobreviver com as reservas que traziam de Baixa Danta. O Beato não recebeu indenização pelas benfeitorias feitas na terra como: pomares, plantação de algodão, construção de casas, currais, mas tinha ele suas reservas feitas das colheitas tidas anteriormente, além de seus animais de carga, montaria, gado vacum e outros animais menores, e as sementes para a plantação das novas roças que seriam semeadas antes do próximo inverno.

É interessante destacar o fato de que apesar de não ter recebido nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas na antiga propriedade, a comunidade possuía alguns animais e sementes para plantar no inverno seguinte. Para um simples camponês que vivia na condição de agregado nas fazendas da região, cultivando pequenas porções de terra apenas com o auxílio familiar, essas seriam posses completamente impossíveis de se obter, já que, geralmente, as condições de trabalho para esses agricultores eram (e ainda são) as piores possíveis, devido à baixa qualidade das terras

da parte da fazenda que lhes são permitidas explorar e a certas restrições que lhes são impostas como a proibição da criação de animais mesmo que de pequeno porte. Neste sistema eles não conseguiriam adquirir um nível de auto-suficiência como conseguiram as famílias do sítio Baixa Danta e, posteriormente, conseguiu de forma ainda mais intensa a comunidade do Caldeirão. Estes são indícios concretos de que os trabalhos realizados em regime coletivo e organizado podem fazer a diferença entre o progresso de uma comunidade de trabalhadores rurais ou que a ausência desse procedimento, pode levar à estagnação e até mesmo ao fracasso da pequena propriedade, quando impera o individualismo como método de trabalho utilizado.

A Comunidade ao se organizar montou um sistema de produção e distribuição de bens básicos, capazes de assegurar a manutenção de seus membros, garantindo-lhes alimento para o corpo e para o “espírito”, moradia, terra e meios para cultivá-la. Tratou-se de um sistema comunitário, embora não tivesse base em nenhuma teoria socialista, marxista ou de qualquer outro modelo de comunismo. A experiência desenvolvida no Baixa Danta já havia apontado para a importância de se trabalhar de maneira cooperada.

Podemos compreender então que a forma de produção agrícola do Caldeirão era uma forma deveras revolucionária dentro das condições sociais do Brasil e particularmente do Nordeste. Não era apenas uma forma de produção onde existiam associações cooperativistas. Era um sistema cooperativista dentro do próprio grupo, o que vale dizer que já praticavam um sistema socialista mesmo sem conhecer as formas já existentes no mundo, tanto práticas como teóricas (MAIA, 1987, p.121).

Trabalhando nesse sistema, o Caldeirão atingiu sua auto-suficiência, produzindo desde as suas próprias roupas, que eram confeccionadas em teares manuais e usavam como matéria prima o algodão cultivado na propriedade, até as próprias ferramentas de trabalho, além de sabão, panelas, baldes, artefatos de couro etc. Fortaleceram, segundo métodos artesanais, uma espécie de indústria que visava suprir as necessidades internas da comunidade. Existiam na propriedade diversas oficinas, cada uma especializada em um ramo, como a funilaria, carpintaria, curtume, ferramentaria, além de casas de farinha e engenhos utilizados no beneficiamento da produção. Fabricando tudo o que necessitava, o Caldeirão se tornava uma comunidade autônoma, necessitando minimamente recorrer ao comércio das cidades vizinhas para comprar aquilo que consumiam e utilizavam cotidianamente. Quando recorriam ao comércio era para comprar querosene para iluminação ou remédios para a população.

A grande seca vivenciada pelo Nordeste no ano de 1932 comprovou o nível de autonomia e auto-sustentação conquistado pela comunidade. Enquanto o Governo do Ceará instalou em vários de seus municípios campos de concentração na tentativa de impedir que os flagelados migrassem para a capital, como havia ocorrido na seca do ano de 1915, o Caldeirão oferecia assistência para uma multidão de pessoas que recorriam à sua caridade, praticada provavelmente em virtude dos princípios cristãos que defendiam e que era pregado pela igreja católica, a qual seguiam mesmo a comunidade tendo sido posta à margem dos cuidados e serviços prestados pela mesma durante todo o seu período de existência.

Constantes do semi-árido nordestino, duas grandes estiagens forçaram o sertanejo a migrar para o litoral nas primeiras décadas do século passado.

Para controlar a ‘invasão de flagelados’ na de 1915, o governo do Ceará construiu o Campo de Refugiados do Alagadiço, onde uma epidemia de varíola matou boa parte dos reclusos. Em 1932, com a intenção de manter os retirantes longe de Fortaleza, os órgãos públicos intensificaram as medidas de contenção. Assim, ergueram sete campos de concentração – ou ‘currais’, na língua popular distribuídos pelas linhas férreas do estado. Enquanto os dois campos próximos da capital reuniram cerca de 5,5 mil pessoas, o de Buriti, no Crato, que tinha capacidade para no máximo 5 mil, aglutinou por volta de 18 mil. (ARAÚJO, 2005, p. 40).

Tais fatos ilustram o tipo de tratamento prestado pelo governo do Ceará para com a camada de camponeses, que eram aprisionados, sem que pudessem sequer buscar alternativas de sobrevivência. Segundo a historiadora Rosangela Martins, em entrevista concedida a ARAÚJO (2005, p. 40), durante a seca de 1932 os refugiados do Buriti foram vigiados rigorosamente por sentinelas. Havia ali até mesmo uma prisão interna para os desobedientes.

De acordo com Cordeiro (2004, p.44), “no campo, a única comida disponibilizada era farinha de mandioca e de baixa qualidade. A maioria dos retirantes, que lá era confinada desnutrida, adoecia com indigestão, empanzinada pela farinha. Sem higiene, pestuada e abandonada, morria e era enterrada em valas comuns”.

Enquanto isso, dentro desse contexto de escassez e mortandade a estrutura do Caldeirão garantia a segurança alimentar de seus moradores e oferecia guarida para uma multidão de 500 pessoas que recorriam ao seu auxílio. Lá estavam garantidas a “alimentação suficiente, água, moradia, remédios, trabalho para quem quisesse ficar e amparo espiritual. Isto fez com que após a seca, sua população tivesse aumentado constantemente” (CORDEIRO, 2004, p.44 e 45).

A igualdade social praticada no Caldeirão chamou a atenção de inúmeros agricultores que lá se refugiavam, deixando para trás as condições de exploração e subordinação as quais eram submetidos nos latifúndios da região. A evasão dos trabalhadores para as terras do Caldeirão despertou a ira da oligarquia fundiária cearense, que se sentiu ameaçada e passou a difamar a comunidade divulgando tratar-se de um movimento de fanáticos religiosos, com aspirações comunistas, que pretendia transformar-se em uma nova Canudos. Na realidade, os coronéis temiam que outros trabalhadores seguissem o exemplo do Caldeirão e fundassem outras comunidades que tivessem o mesmo princípio de organização, fato que colocaria em risco a estrutura fundiária e, conseqüentemente, política da região e do próprio estado. Temiam também que o Caldeirão crescesse em importância política na mesma proporção da cidade de Juazeiro do Norte, que tentou a todo custo ser suprimida pelo governo cearense, sem que obtivesse êxito. Na guerra que se travou no ano de 1914 e que entrou para a história brasileira como a Sedição de Juazeiro, os chamados “fanáticos” derrotaram as tropas militares do estado e depuseram o então Governador Franco Rabelo, para defender a terra da “Mãe das Dores”. Assim, começou uma intensa campanha na imprensa do Ceará contra a figura do Beato José Lourenço e contra a comunidade por ele liderada, mas nenhuma medida mais dura era tomada, pois não interessava ao Estado confrontar-se diretamente com o Caldeirão, sabendo da ligação que mantinham com o Padre Cícero. Porém, com a morte do sacerdote no ano de 1934, as terras do Caldeirão passaram a pertencer à ordem dos padres Salesianos, já que essa foi à vontade expressa pelo Padre Cícero em seu testamento. A partir de

então a comunidade teve que começar a pagar foros para poderem permanecer nas terras, até que em 1936 o representante jurídico da ordem dos salesianos solicitou a reintegração de posse da propriedade, mesmo o Beato tendo manifestado o interesse em comprá-la. Junto com o pedido de reintegração de posses, o Deputado e procurador dos padres salesianos, Norões Milfont, também iniciou um procedimento de difamação da comunidade junto ao governador do Estado do Ceará, na época Meneses Pimentel.

No mesmo ano, a cidade de Fortaleza sediou uma reunião de representantes de seis instituições: diocese do Crato, ordem dos padres salesianos, Liga Eleitoral Católica, polícia política (Deops), polícia militar e governo do Ceará. Os representantes ouviram relatos do Capitão José Bezerra, da polícia militar, que, em busca de um pretexto para a invasão havia espionado a comunidade para ver se ali havia armas. O oficial não as encontrou, mas disse que as forças públicas precisavam agir 'com rapidez fulminante, para evitar a possibilidade de uma reação premeditada', pois havia muita gente no arraial. (ARAÚJO, 2005, p. 41).

Na reunião decidiu-se pela dissolução da comunidade. Dois ataques militares deram fim ao sonho dos moradores do Caldeirão. O primeiro deles ocorreu no dia 10 de setembro de 1936. Conforme histórias contadas pelos remanescentes, os maus tratos e a humilhação perpetrados pelas tropas sobre os moradores foram inúmeros. Nessa ocasião, vários bens da comunidade foram saqueados, animais foram soltos nas plantações, paióis de algodão e mais de 400 casas foram queimadas. O Beato, avisado com antecedência do ataque, refugiou-se na mata, onde posteriormente voltou a reunir-se com os membros da comunidade, vivendo como clandestinos na localidade da Mata dos Cavalos até que pudessem retornar para o Caldeirão.

Decidido a vingar a comunidade, um grupo de moradores liderado por Severino Tavares preparou uma emboscada contra o Capitão José Bezerra, que havia comandado as tropas no primeiro ataque. Severino era responsável pela negociação de parte dos excedentes produzidos na comunidade e já havia sido preso e levado para a cadeia de Fortaleza acusado de ser um líder comunista, pois em suas viagens fazia proselitismo sobre o Caldeirão. Após ser solto pela polícia, Severino voltou a juntar-se ao grupo onde teria arquitetado a cilada. Espalharam o boato de que alguns membros do Caldeirão pretendiam atacar uma fazenda vizinha e que posteriormente atacariam a cidade do Crato. Enviou, então a Juazeiro Sebastião Marinho, membro do Caldeirão, para convencer o Capitão Bezerra de que pretendiam um entendimento. No dia 9 de maio de 1937, o capitão Bezerra resolveu fazer uma investigação no local, tendo como guia Sebastião Marinho. Para tanto reuniu um destacamento com 18 praças dentre os quais se encontravam seu filho e seu genro.

O Capitão José Bezerra partiu com seus homens num caminhão que ficou no Cruzeiro, sítio de Benedito Teles. O caminhão ficou com o motorista e quatro praças, e ele seguiu com o restante. [...] Quando o guia gritou que haviam chegado, pulou para dentro do mato e sumiu. Nesse momento entraram num capão de mato e foram atacados. As armas usadas pelos homens do Caldeirão eram foices e cacetetes. Com um violento golpe de foice foi morto o capitão José Bezerra. Somente escaparam os sargentos Jaime e Brasileiro, que se arrastaram por uns duzentos metros até o caminhão (MAIA, 1992, p.41).

Entre os homens do Caldeirão, cinco perderam a vida, inclusive Severino Tavares, autor do plano.

Dois dias após a emboscada que culminou com a morte do renomado capitão Bezerra, veterano chefe de volante na perseguição de cangaceiros, teve início um grande esquema para aniquilar definitivamente a comunidade.

No dia 11 de maio, foi mandado o tenente Assis Pereira, com 30 homens, para o Juazeiro. O Governo do Estado preparava a 1º Companhia do 1º BC da Força Pública para deixar Fortaleza nos trens da RVC, sob o comando do 1º tenente Abelardo Rodrigues. O Chefe da Polícia partiu no mesmo dia de avião para o Cariri. Os aviões eram constituídos de Paraíba, Chaco e C38 sob o comando do Capitão José Macedo. Levavam, além dos comandantes, três FM e munição (MAIA, 1992, p.42).

Os aviões realizaram vôos rasantes sobre o Caldeirão, comandados pelo Capitão José Macedo, inspecionando a área, disparando rajadas de metralhados e lançando granadas no meio da multidão de camponeses que não tinham como se defender. O ataque por terra foi realizado por 200 soldados que de armas em punho adentraram nas matas à procura dos camponeses que fugiam desesperados dos tiros e dos artefatos explosivos lançados dos aviões. Segundo dados oficiais da polícia 200 pessoas morreram durante a ação, porém fontes não oficiais apontam para um número aproximadamente 700 vítimas fatais entre homens, mulheres e crianças.

Por tudo o que representou, mesmo após mais de meio século de sua destruição por tropas militares, o Caldeirão foi tomado como modelo a ser seguido por outros trabalhadores da região do Cariri cearense, que após articulados pelos sindicatos rurais e pelo MST ocuparam suas terras reivindicando sua desapropriação.

Dessa forma buscamos compreender até que ponto a experiência do Caldeirão funcionou como um processo de espacialização da luta pela terra, já que podemos enquadrá-la como uma luta de referência. Compreendemos lutas de referência como aquelas que, de algum modo, chegaram ao conhecimento dos trabalhadores, seja através da oralidade falada ou escrita, de documentos ou mesmo pela participação direta dos trabalhadores no desenrolar dessas lutas e que são capazes de impulsionar o surgimento de novas lutas.

A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta a partir de suas experiências (FERNANDES, 2001, p. 54).

Os trabalhadores que ocuparam o Caldeirão em 1991 reivindicavam as terras como que lhes sendo de direito, não por serem descendentes diretos dos antigos moradores, mas por se identificarem com a luta e como camponeses que também haviam sido expropriados e que desejavam retornar para o trabalho com a terra. Sendo o Caldeirão um espaço que historicamente pertenceu a uma comunidade camponesa e que se encontrava abandonado, desejavam (re)conquistá-lo.

Para Eric Hobsbawm, este tipo de ocupação se enquadraria no tipo das de “recuperação ou terras de reconquistas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas” (FERNANDES, 2001, p.63).

Esta não seria uma situação isolada, conforme Martins (1993), em seu livro a Chegada do Estranho, existem diversos casos de comunidades que têm se afirmado como descendentes dos povos de antigas aldeias indígenas e de quilombos, para que dessa forma consigam reaver porções do território antes ocupadas por estes povos.

A ocupação ocorreu no dia 10 de Abril e dela participaram 96 famílias, que durante 15 dias permaneceram acampadas na propriedade na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. A ocupação do Caldeirão tinha como objetivo maior criar um fato político que pudesse repercutir para que dessa forma o governo apresentasse uma solução para o problema dos trabalhadores que não possuíam terra. De acordo com Fernandes (2001, p. 52 e 53),

... a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumenta o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou o interesse da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e a reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

Com a recusa do antigo proprietário das terras em vendê-las para o Estado, amparado por uma liminar de reintegração de posse, as famílias foram obrigadas a deixar o Caldeirão sob a ameaça de serem expulsas à força pela tropa de choque. Após intensas negociações os trabalhadores decidiram que as famílias iriam permanecer acampadas no Parque de Exposições Agropecuárias da cidade do Crato até que fossem assentadas. A escolha pela área do acampamento foi estratégica, uma vez que se trata de um importante espaço para toda a região por ser a sede de um dos maiores eventos do Estado do Ceará, onde anualmente os negócios movimentam milhões, sendo também um ponto de convergência da população, tanto das cidades circunvizinhas, como da capital e outros estados.

As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras (FERNANDES, 2001, p.54).

Pressionado por essa situação, o então Governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, desapropriou duas fazendas que se localizavam vizinhas ao Caldeirão, entregando a posse das Fazendas Gerais e Carnaúba Gerais aos trabalhadores, que passaram a chamá-la de Assentamento 10 de Abril. Assim, podemos dizer que o 10 de Abril é fruto da conquista da terra pelos trabalhadores rurais dentro do campo de mobilização do MST, configurando o processo de territorialização da luta pela terra na região do Cariri.

Antes da ocupação foi realizado um trabalho de “militância na base”, visando conscientizar os trabalhadores sobre a importância desse movimento. Conforme Araújo (2005, p.120) antes da ocupação é realizado todo um trabalho de informação e formação dos trabalhadores. Assim, durante

a mobilização “é dada toda uma noção do Movimento dos sem Terra: sua origem, o trabalho coletivo, a questão da associação e do cooperativismo”. Para tanto foi exibido o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, produzido pelo cineasta Rosemberg Cariri, que através dos depoimentos dos sobreviventes e de pessoas ligadas a ação do massacre conta à história da comunidade e de seu modo alternativo de trabalho. De acordo com Fernandes (2001, p.56),

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito de sua participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar.

A comprovação da eficácia desse método pode ser conferido nas palavras dos próprios assentados, conforme fica claro no depoimento de D. Teresinha, dado ao professor da Universidade Regional do Cariri, Ronald de Figueiredo e Albuquerque, que escreveu uma espécie de cartinha para os jovens do assentamento contando toda a trajetória que levou à conquista do assentamento 10 de Abril. “Por isso o Caldeirão foi escolhido, (...) terra de luta que deveria ser retomada pra que a luta servisse de exemplo. Era nossa luta, era a continuação da luta. Falar da gente era falar do Caldeirão, do Beato, de sua luta e resistência” (ALBUQUERQUE, 2000, p.8).

Deste processo resultou a formação de uma comunidade consciente da importância do trabalho coletivo e da organização dos assentados para que outras conquistas advindas da luta conjunta dos trabalhadores trouxessem melhorias para as suas condições de vida. Dessa forma, a comunidade conseguiu a implantação de projetos importantes para o desenvolvimento do assentamento, diversificando a produção e aproveitando melhor a potencialidade da propriedade, já que nesta não seria possível sobreviver apenas do cultivo agrícola, já que os solos são rasos e o terreno muito acidentado. Assim, o assentamento que se organizou em torno do trabalho coletivo, integrando todos no processo de produção, desenvolve as atividades de apicultura, caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada e pretende implantar um projeto para se trabalhar com piscicultura, aplicando parte do que arrecada na melhoria do assentamento, trazendo benefícios para toda a comunidade.

Porém, mesmo com toda essa diversificação de práticas, os assentados ainda estão muito longe de cumprirem a meta de alcançar uma renda mensal de 3 salários mínimos para as famílias, como ficou determinado nas discussões de elaboração do PA (Plano de Ação) do assentamento. Apesar disso, a conquista dos projetos estabelece um passo importante na direção desse objetivo, que necessita de um comprometimento maior do Governo na elaboração de projetos e na liberação de recursos, ofertando uma estrutura de apoio aos pequenos produtores rurais na produção, escoamento e comercialização do seu produto, além de melhorias nas áreas de saúde, educação e lazer, que ainda deixam muito a desejar.

Consideramos que apesar de ocorrerem em diferentes momentos da história e possuírem características diversas relacionadas aos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, tanto a comunidade do Caldeirão como o Assentamento 10 de Abril são exemplos de um modelo

diferenciado de trabalho no campo baseado em princípios coletivistas, que se apresenta como uma das formas alternativas ao modelo proposto pelo Governo, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital dos grandes proprietários fundiários, do capital agroindustrial, comercial e financeiro e que, recentemente, se baseia no conjunto de políticas estabelecidas no ano de 1990 pelo Banco Mundial para o “Desenvolvimento Rural” dos países pobres.

Portanto, compreender as estruturas sociais, políticas e econômicas nas quais estão inseridas estas duas comunidades é um passo na tentativa de se entender a construção desses movimentos e a sua atuação na luta por espaço político e construção de um novo modelo social. “As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de novas práticas na luta contra o capital” (FERNADES, 2001, p.25).

Dessa forma, esperamos com esse trabalho contribuir com as discussões a cerca da questão agrária no Brasil e com o debate em tono do desenvolvimento individual e coletivo do pequeno produtor, nos aspectos sociais, econômicos e político, para um melhor aproveitamento do potencial que este dispõe.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **Uma história da terra**. Crato: mimeografado, 2000.

ARAÚJO, Garcia de. **Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores rurais assentados e cultura política**. Natal: Editora da UFRN, 2005.

ARAÚJO, João Mauro. Sopro de Liberdade: A tragédia de uma utopia de igualdade e auto-suficiência. **Problemas Brasileiros, São Paulo**, n. 370, p. 38-43, jul/ago. 2005.

CORDEIRO, Domingos Sávio de. **Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Formação e Territorialização em São Paulo**. 2º Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAIA, Veralúcia Gomes. **Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1987.

MAIA, Veralúcia Gomes de Matos. **José Lourenço o beato camponês da comunidade do Caldeirão**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **Ocupação da Fazenda Caldeirão, Assentamento 10 de Abril**. Monografia de especialização em Geografia. Fortaleza, Departamento de Geografia da UECE, 1993.